UNICRED

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL

CNPJ/MF nº 00.315.557/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	(Reapresentado) 2016
Ativo			
Circulante		670.730	516.920
Disponibilidades	3	4	465
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	27.065	87.910
Títulos e valores mobiliários	5	641.253	424.102
Relações interfinanceiras		1	1
Outros créditos	6	2.178	2.779
Outros valores e bens		229	1.663
Não circulante		26.474	23.924
Aplicações interfinanceiras de liquidez		–	–
Outros créditos	6	112	76
Investimentos	7	5	20
Imobilizado de uso	8	7.676	6.432
Intangível	9	18.681	17.396
Total do ativo		697.204	540.844

	Nota	2017	(Reapresentado) 2016
Passivo			
Circulante		643.627	494.585
Relações interfinanceiras	10	616.335	464.190
Outras obrigações	11	27.292	30.395
Não circulante		1.346	703
Outras obrigações	11	1.346	703
Patrimônio líquido	12	52.231	45.556
Capital social		37.308	37.308
Reserva de sobras		8.950	8.248
Sobras acumuladas		5.973	–
Total do passivo e patrimônio líquido		697.204	540.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Receitas da intermediação financeira		25.526	56.268	60.031
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.611	10.336	5.601
Títulos e valores mobiliários	5	20.915	45.932	54.430
Dispêndios da intermediação financeira		(23.774)	(52.342)	(54.878)
Operações de captação no mercado	10.a	(23.774)	(52.340)	(54.878)
Provisão para créditos de fiança		–	(2)	–
Resultado bruto da intermediação financeira		1.752	3.926	5.153
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		3.309	5.176	(7.556)
Ingressos de prestação de serviços	13	4.699	10.611	4.678
Dispêndios de pessoal e honorários		(23.028)	(43.244)	(43.143)
Despesas tributárias		(73)	(184)	–
Outros dispêndios administrativos	14	(18.615)	(32.215)	(34.787)
Outros dispêndios operacionais		(1.575)	(2.971)	(7.553)
Outros ingressos operacionais	15	41.901	73.152	73.250
Resultado operacional		5.061	9.075	(2.402)
Resultado não operacional		(6)	(4)	2.641
Resultado antes da tributação		5.055	9.071	239
Imposto de renda e contribuição social		(297)	(862)	(239)
Sobra líquida do semestre/exercício		4.758	8.209	–

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 (Reapresentado) Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais		9.338	10.786	23.859
Sobra ajustada do semestre/exercício		9.412	17.406	15.035
Sobra do semestre/exercício		4.758	8.209	–
Provisão para passivos contingentes	11	(172)	643	36
Provisão por desvalorização intangível		–	–	6.141
Depreciações e amortizações	8 e 9	4.106	8.217	8.844
Baixas de imobilizado e intangível	8 e 9	720	337	14
(Aumento) redução nos ativos		(88.442)	(154.307)	(144.278)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		74.358	60.845	(60.025)
Títulos e valores mobiliários		(166.442)	(217.151)	(89.106)
Relações interfinanceiras		4	–	–
Outros créditos		3.006	565	6.400
Outros créditos e outros valores e bens		632	1.434	(1.547)
Aumento (redução) nos passivos		88.368	147.687	153.102
Relações interfinanceiras		89.193	152.145	146.019
Outras obrigações		(825)	(4.458)	7.083
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(9.266)	(11.068)	(11.586)
(Aquisição) baixa de investimentos		–	15	(5)
Aquisições de imobilizado e intangível	8 e 9	(9.266)	(11.083)	(11.581)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(77)	(179)	(11.894)
Baixas de capital		–	–	(11.670)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) - associados		(77)	(179)	(224)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(5)	(461)	379
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		9	465	86
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3	4	4	465
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(5)	(461)	379

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

.	Capital social	Reserva Legal	Reserva de capital	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.747	4.530	4.053	1.120	57.450
Integralizações de capital	1.231	(1.231)	–	–	–
Baixas de capital	(11.670)	–	–	–	(11.670)
Destinação das sobras:					
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) - associados	–	–	–	(224)	(224)
Aumento de reserva legal	–	896	–	(896)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	37.308	4.195	4.053	–	45.556
Sobra líquida	–	–	–	8.209	8.209
Destinação das sobras:					
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) - associados - Nota 12.b	–	–	–	(351)	(351)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) - não associados - Nota 12.b	–	–	–	(1.183)	(1.183)
Aumento de reserva legal - Nota 12.b	–	702	–	(702)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	37.308	4.897	4.053	5.973	52.231
Saldos em 30 de junho de 2017	37.308	4.195	4.053	3.451	49.007
Sobra líquida	–	–	–	4.758	4.758
Destinação das sobras:					
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) - associados	–	–	–	(351)	(351)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) - não associados	–	–	–	(1.183)	(1.183)
Aumento de reserva legal	–	702	–	(702)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	37.308	4.897	4.053	5.973	52.231

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil, foi constituída por cooperativas Centrais e integrantes do Sistema UNICRED em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede, administração e foro na cidade de São Paulo/SP, com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar, coordenar, organizar e executar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de sua capacidade ou conveniência de atuação das suas associadas. O resumo da estrutura e gerenciamento dos riscos está descrito na nota 20.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação e foram por ela aprovadas em 19 de março de 2018. Reapresentação de informações comparativas: Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2016, incluídos na nota explicativa 3, e em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, parte integrante dos saldos apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão sendo reapresentados para fins de atendimento aos requisitos previstos na Resolução 3.604/2008 do BACEN. Destacamos ainda que os gastos relacionados ao projeto de TI, classificados no ativo, e a respectiva obrigação (custeada pelo Fundo Garantidor) em 31 de dezembro de 2016, estão sendo reapresentados em função da baixa contábil procedida após a conclusão de estudo técnico sobre tais projetos, sendo os impactos demonstrados no quadro abaixo:

	Valor original	Ajuste	Valor reapresentado
Demonstração do Fluxo de Caixa - Dez. 2016			
Provisões para passivos contingentes	–	36	36
(Aumento) redução aplicações interfinanceiras de liquidez	1.312	(61.337)	(60.025)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	–	(89.106)	(89.106)
Aumento (redução) de outras obrigações	7.119	(36)	7.083
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	361.655	(361.569)	86
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	512.477	(512.012)	465
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa			
Total	512.478	(512.012)	465
Nota 6 - Outros créditos			
Total	29.106	(26.327)	2.779
Nota 11 - Outras obrigações			
Total	56.722	(26.327)	30.395

b. Descrição das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e semestre apresentados. **b.1 Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2 Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. **b.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários livres. **b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, sendo atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, e ajustados aos respectivos valores de mercado. As aplicações em cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA, e as aplicações em letras financeiras são avaliadas com base nos spreads a cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia, conforme aplicável. **b.5 Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos. **b.6 Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. **b.7 Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8 Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). **b.10 Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizados pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.12 Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b.13 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão ou divulgação. **b.14 Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15 Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a Confederação optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do exercício que é ajustado pelos itens econômicos, (depreciação/amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais. **b.16 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária, e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido as determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2017	2016 (Reapresentado)
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	4	465
	4	465

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

Descrição	2017	2016
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	24.758	56.135
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.307	–
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	–	31.775
	27.065	87.910

As Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e são lastro de operações compromissadas, podendo ser negociados a qualquer momento. As operações compromissadas (Selic Over) são ajustadas pela taxa de mercado contratadas em cada operação. No exercício de 2017, foram registrados os rendimentos em resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R$ 10.336 (R$ 5.601 em 2016).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: a. Composição por tipo de aplicação:

Descrição	2017 Circulante	2016 Circulante
Letras Financeiras do Tesouro LFT **(i)**	340.457	308.849
Letra Financeira - privado	8.138	7.366
Cotas de fundos de Investimento **(ii)**	292.658	107.887
Mantidos para negociação	641.253	424.102

(i) As LFT estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), têm seus vencimentos finais entre os períodos de 2018 a 2022, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificados na categoria "Mantidos para negociação". **(ii)** As cotas de fundos de investimentos referem-se aos fundos, BB FI RF Crédito Privado Sistema UNICRED e BB FICFI Curto Prazo Corporativo 600 MIL, administrados por uma instituição financeira de primeira linha. De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. No exercício de 2017, foram registrados os rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários no montante de R$ 45.932 (R$ 54.430 em 2016).

6. OUTROS CRÉDITOS:

Descrição	2017 Circulante	2017 Não Circulante	2017 Total	2016 (Reapresentado) Circulante	2016 Não Circulante	2016 Total
Rendas a receber	68	–	68	691	–	691
Adiantamentos Salariais	134	–	134	198	–	198
Valores a Receber Singulares	3	–	3	264	–	264
Valores a Receber das Associadas	526	–	526	438	–	438
Impostos e contribuições a recuperar	1.437	–	1.437	1.172	–	1.172
Adiantamentos efetuados	–	–	–	13	–	13
Devedores por depósito em garantia	–	112	112	–	76	76
Devedores Diversos País	10	–	10	3	–	3
	2.178	112	2.290	2.779	76	2.855

Durante o exercício, a administração finalizou estudo técnico relacionado aos projetos sistêmicos de TI, concluídos e em andamento. Como resultado, foi procedida a baixa contábil no montante de R$ 26.327 sobre os saldos registrados em Outros Créditos em 31 de dezembro de 2016, em contrapartida aos valores oriundos do Fundo Garantidor (FG), que custeavam tais investimentos, então registrados em rubrica de Outras Obrigações - Credores Diversos no País.

7. INVESTIMENTOS:

Descrição	2017	2016
Participação coligadas e controladas	5	5
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC	–	15
	5	20

O quadro abaixo apresenta a movimentação nos exercícios de 2017 e 2016 dos investimentos:

	UNICRED Corretora de Seguros	CNAC - Confederação de Auditoria	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	–	15	15
Aumento de investimento	5	–	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5	15	20
Aumento de investimentos	5	–	5
Baixa de investimentos	(5)	(15)	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5	–	5

8. IMOBILIZADO DE USO: a. Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Imobilizações em curso	0%	1.480	–	1.480	941
Instalações	10%	81	(71)	10	13
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.206	(2.017)	1.189	1.371
Sistema de comunicação	10%	88	(34)	54	62
Sistema de Processamento de Dados	20%	11.163	(6.223)	4.940	4.986
Sistema de transporte	20%	3	–	3	–
		16.021	(8.345)	7.676	7.373

Movimentação - Imobilizado

Descrição	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo final
Imobilizações em curso - imóveis	941	539	–	1.480
Instalações	81	–	–	81
Móveis e equipamentos de uso	3.386	140	(320)	3.206
Sistema de comunicação	88	–	–	88
Sistema de processamento de dados	9.954	1.510	(301)	11.163
Sistema de segurança	–	3	–	3
	14.450	2.192	(621)	16.021
(–) Depreciação				
Instalações	(68)	(3)	–	(71)
Móveis e equipamentos de uso	(2.015)	(306)	304	(2.017)
Sistema de comunicação	(26)	(8)	–	(34)
Sistema de processamento de dados	(4.968)	(1.541)	286	(6.223)
	(7.077)	(1.858)	590	(8.345)
Saldo líquido	7.373	334	(31)	7.676

9. INTANGÍVEL: a. Composição do intangível:

Descrição	Taxa Anual de Amortização	2017 Custo	2017 Amortização acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Outros Ativos Intangíveis	20%	52.883	(34.202)	18.681	16.455
		52.883	(34.202)	18.681	16.455

b. Movimentação do intangível:

Descrição	Saldo inicial	Adição	Baixa	Transferência	Saldo final
Softwares	12.700	–	–	(10.848)	1.852
Marcas e patentes	17	–	–	–	17
Outros ativos intangíveis	30.587	–	–	–	30.587
Licença de uso	7.159	8.891	(330)	10.848	26.568
Provisão por desvalorização	(6.141)	–	–	–	(6.141)
	44.322	8.891	(330)	–	52.883
(–) Amortização					
Softwares	(643)	(279)	–	–	(922)
Marcas e patentes	(24.243)	(1.243)	–	16.490	(8.996)
Outros ativos Intangíveis	(2.981)	(4.823)	10	(16.490)	(24.284)
	(27.867)	(6.345)	10	–	(34.202)
Saldo liquido	16.455	2.546	(320)	–	18.681

10. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - PASSIVO: a. Composição do saldo:

Descrição	2017	2016
Centralização financeira	616.335	464.190

Refere-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Em 31 de Dezembro de 2017, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R$ 52.340 (R$ 54.878 em 31 de dezembro de 2016), que para efeito de apresentação da demonstração do resultado, é classificado como dispêndios da intermediação financeira. Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - Proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - Contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - Contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN 4.284/2013. **b. Concentração das relações interfinanceiras:**

Descrição	2017 Valor	2017 % do total	2016 Valor	2016 % do total
Maior depositante	229.014	37%	127.973	28%
Demais depositantes	387.321	63%	336.217	72%
	616.335	100%	464.190	100%

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

	2017 Circulante	2017 Não Circulante	2017 Total	2016 Circulante (Reapresentado)	2016 Não Circulante	2016 Total
Sociais e estatutárias:	7.377	–	7.377	11.849	–	11.849
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social **(i)**	1.542	–	1.542	178	–	178
Cotas de Capital a Pagar	5.835	–	5.835	11.671	–	11.671
Fiscais e previdenciárias:	1.930	–	1.930	1.478	–	1.478
Impostos e contribuições a recolher **(ii)**	1.930	–	1.930	1.478	–	1.478
Diversas:	17.985	1.346	19.331	17.068	703	17.771
Provisão para pagamentos a efetuar	6.429	–	6.429	5.258	–	5.258
Provisão para passivos contingentes **(iii)**	–	1.346	1.346	–	703	703
Credores diversos no país (nota 6)	3.490	–	3.490	4.488	–	4.488
Instrumento de Dívida elegível (iv)	8.066	–	8.066	7.322	–	7.322
	27.292	1.346	28.638	30.395	703	31.098

i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 12). ii. Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Confederação, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos. iii. A Confederação possui provisões para contingências, refere-se às ações judiciais de natureza fiscal, relativas a PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), com depósito judicial e DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras, sem depósito judicial. Consta ainda, provisão para passivo contingente para fazer frente a eventuais perdas com processos trabalhistas, sem depósito judicial. A Administração da Confederação, constituiu provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações. iv. Emissão de letra financeira com cláusula de subordinação para compensação de capital nível II, que teve a finalidade de constituição de patrimônio de referência para suportar o índice de imobilização, em substituição à integralização de capital. Em atendimento a Resolução Nº 4.512/201, a UNICRED do Brasil possui sete operações de crédito na qual figura como garantidora. Em 31 de dezembro de 2017 o valor de Garantias prestadas soma R$ 391 (R$ 936 em 2016) e a provisão constituída totaliza R$ 2 (R$ 29 em 2016). As provisões e os depósitos em garantia estão assim resumidos:

Natureza	2017 Valor da provisão constituída	2017 Valor dos depósitos em garantia	2016 Valor da provisão constituída	2016 Valor dos depósitos em garantia
PIS	12	12	12	12
COFINS	68	68	64	64
Outros	1.266	32	627	–
	1.346	112	703	76

A provisão teve a seguinte movimentação no exercício:

	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	632	–	632
Atualização durante o exercício	71	–	71
Reversão de Provisão	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	703	–	703
Provisões utilizadas durante o exercício	241	1.830	2.071
Reversão de Provisão	(236)	(1.192)	(1.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	708	638	1.346

Passivos contingentes: A Confederação é ré em uma ação de natureza cível, com valor de causa total de R$ 2.058 e cinco ações de natureza trabalhista, com valor de causa total de R$ 355 em 31 de dezembro de 2017. A Administração da Confederação decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, não registrar qualquer provisão para contingências em face desses assuntos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: É representado pelas integralizações de capital social de quatro centrais em 31 de dezembro de 2017 e 2016. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. **b. Reserva legal e FATES:** Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Confederação; e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 11 i). **c. Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2017, foram aprovadas as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2016, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

13. INGRESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Descrição	2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Renda serviços	2.966	7.290	4.020
Rendas de Compensação	1.733	3.321	1
Outros serviços	–	–	657
	4.699	10.611	4.678

14. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS:

Descrição	2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Dispêndios com serviços	(3.343)	(5.413)	(10.900)
Dispêndios com aluguéis e condomínios	(817)	(1.752)	(1.461)
Dispêndios de comunicação, promoções e publicidade	(792)	(1.404)	(3.835)
Dispêndios de processamentos	(8.017)	(12.746)	(6.116)
Dispêndios com viagens	(882)	(1.493)	(1.845)
Dispêndios com seguros	(129)	(260)	(252)
Dispêndios de depreciações e amortizações	(3.916)	(7.795)	(6.653)
Outros dispêndios administrativos	(719)	(1.352)	(3.725)
	(18.615)	(32.215)	(34.787)

15. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS:

Descrição	2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Taxa de contribuição (i)	30.053	68.511	68.607
Reversão provisões operacionais	463	1.176	520
Outros ingressos operacionais	3.385	3.465	4.123
	41.901	73.152	73.250

(i) Destinadas ao ressarcimento das despesas da Confederação pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. Neste grupo de contas, tem registrado o reembolso de despesas das associadas que ora foram assumidas pela Confederação.

16. SEGUROS CONTRATADOS: A Administração da Confederação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para os equivalentes de caixa e relações interfinanceiras. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

18. PARTES RELACIONADAS: A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Centrais do Sistema UNICRED, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da marca UNICRED, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em nível nacional. **a. Cooperativas centrais associadas:** Na relação das associadas com a Confederação existem direitos e deveres que necessitam ser observados. Dentre os direitos destacamos: propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria cooperada; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se da Confederação quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Confederação; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo Garantidor do Sistema UNICRED (FG), dentre outros. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Confederação e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica e estão assim resumidas:

	2017	2016
Ativo	670.609	514.868
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.065	87.910
Títulos e valores mobiliários	641.253	424.102
Relações interfinanceiras	1	1
Outros	2.290	2.855
Passivo	616.335	464.190
Centralização financeira - cooperativas	616.335	464.190
Receita	56.268	60.031
Ingressos da intermediação financeira	56.268	60.031
Despesa	(52.342)	(54.878)
Dispêndios da intermediação financeira	(52.342)	(54.878)
Taxa de contribuição	68.511	68.607
Taxa de contribuição (nota 15)	68.511	68.607

Abaixo demonstramos a evolução da centralização financeira:

	Depósitos No FG	Centralização Financeira	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	21.416	296.755	318.171
Rendimento gerado e depósitos efetuados	9.447	4.663.815	4.825.110
Resgates efetuados pelas Centrais	(11.050)	(4.668.041)	(4.679.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.813	444.377	464.190
Rendimento gerado e depósitos efetuados	10.776	5.112.940	5.123.716
Resgates efetuados pelas Centrais	(16.106)	(4.955.465)	(4.971.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.483	601.852	616.335

b. Remuneração paga aos administradores: Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente, é estabelecido a remuneração para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. Para cada representação da Confederação, os ocupantes de cargos de Presidência e Vices recebem as cédulas de presença, sendo estabelecido o limite máximo de 10 (dez) cédulas de presença por mês para todos os ocupantes de cargos executivos. Nas substituições, o substituto poderá receber pelo substituído desde que dentro da média estipulada de 10 (dez) cédulas de presença mensais. O caso que ultrapassar o limite de cédula deverá ser apresentado ao Conselho de Administração para deliberar o pagamento.

Descrição	2017 Diretores e Conselheiros	2016 Diretores e Conselheiros
Honorários Diretoria e Conselho de Administração	1.671	2.021
Honorários Conselho Fiscal	109	93
	1.780	2.114

19. ÍNDICE DA BASILEIA: As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades, igual ou superior ao mínimo de 11% do Patrimônio de Referência Exigido ("PRE"). Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Confederação está compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índice de Basileia de 46,68%.

	2017	2016
RWACPAD (Riscos de Crédito)	47.635	42.402
RWAMPAD (Riscos de Mercado)	21.050	760
RWAOPAD (Risco Operacional)	34.621	29.062
Total Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	103.307	72.224
PR MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	9.556	7.132
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	37.375	41.163
Patrimônio de Referência	28.222	48.295
Índice de Basileia	46,68%	66,87%

20. RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS: Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil, esta instituição implantou diversas estruturas de gerenciamento de risco compatíveis com a natureza e a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. As estruturas de gerenciamento de risco podem ser assim resumidas: **a. Risco operacional:** Implantada em conformidade com a regulação, tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. **b. Risco de crédito:** Essa estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme estabelecido pelo regulador. **c. Risco de liquidez:** Implantada em cumprimento a regulação vigente, a estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à: I - A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e II - A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **d. Risco socioambiental:** Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil, esta Confederação possui estrutura de gerenciamento de risco socioambiental compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. **e. Gestão de capital:** Elaborada com base na regulação vigente, tem por objetivo o processo contínuo de: I. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e III. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da UNICRED do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco, os quais estão disponíveis na sede da instituição. **f. Gestão de continuidade de negócios:** De forma geral, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios do sistema UNICRED contém os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos mais críticos no caso de ocorrência de eventuais interrupções, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo regulador. **g. Segurança da informação:** Alinhada às melhores práticas, esta instituição implantou a estrutura com o objetivo de formalizar as diretrizes da Segurança da Informação do Sistema UNICRED, visado à proteção dos ativos de informação com eficiência e eficácia, de modo seguro e transparente, garantindo a disponibilidade, integridade, autenticidade, legalidade e sigilo das informações neles contidas. **h. Risco de mercado:** Essa estrutura tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

Fernando Aurélio Fagundes da Motta - Diretor Executivo - CPF 713.810.317-49

Edson Amadeu Dalbem Solka - Diretor de Tecnologia e Operações - CPF: 747.878.880-72

Alexandre Vinicius Glicerio Pereira - Contador - CRC: MG- 047022/O-5

PARECER CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil, por seus membros efetivos, abaixo assinados, reunido ordinariamente, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas, Notas Explicativas e demais documentos, demonstrações e outras informações pertinentes às operações realizadas pela UNICRED do Brasil.
Com base nos documentos examinados nas reuniões deste Conselho Fiscal durante o exercício social, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pelos administradores e colaboradores da UNICRED do Brasil, e tendo em conta os relatórios e pareceres da auditoria externa, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral das Filiadas.

São Paulo - SP, 22 de março de 2018

Luiz Mauro Coelho Nascimento - Conselheiro Fiscal

Marcos José Karpinski - Conselheiro Fiscal

Walmore Pereira de Siqueira Júnior - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil ("Confederação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Confederação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reclassificação contábil nas rubricas de Caixa e Equivalentes de Caixa e da baixa contábil de ativos relacionados a gastos com projetos de tecnologia sistêmicos e as correspondentes obrigações a ressarcir junto às cooperativas filiadas, registrados em rubricas de "Outros créditos" e "Outras obrigações", respectivamente, descritos na Nota Explicativa 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com modificação quanto a impossibilidade de concluir sobre a adequação dos saldos ativos relativos a determinados projetos de tecnologia do sistema UNICRED, com data de 24 de fevereiro de 2017. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Confederação referentes ao exercício findo naquela data, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre aquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Confederação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Confederação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Confederação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Confederação a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2018

EY
Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador - CRC - 1SP214144/O-1